



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Memorando nº 220/2015-CVM/SMI/GME

Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 2015.

De: GME

Para: SMI

Assunto: Recurso contra aplicação de multa cominatória pela não entrega da Declaração Eletrônica de Conformidade de 2014 (DEC/2014) - Processo CVM RJ-2015-12907

Senhor Superintendente Geral,

1. Trata-se de recurso interposto pela Patação DTVM Ltda, contra a decisão da Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários ("SMI") de aplicação da multa cominatória prevista no artigo 5º da Instrução CVM nº 510/11, pela não entrega, até 31/5/2014, da DEC/2014. A citada multa, no valor de R\$ 12.000,00, refere-se à aplicação de multa diária de R\$ 200,00, calculada sobre 60 dias de atraso, nos termos dos artigos 12 e 14 da Instrução CVM nº 452/07.
2. Em seu recurso (fl. 1/2), o recorrente argumentou que "sempre primou pela observância de todas as determinações aplicáveis"; que enviou o documento, embora não tenha guardado prova desse envio; que não foi comunicado da obrigação, nos termos da Instrução CVM nº 452/07, nem mesmo no endereço eletrônico giovanna@patacaodtvm.com.br (que lhe teria sido informado como o utilizado pela CVM na época); e que teria confirmado seu cadastro novamente em 22/7/2014, e assim, não teria havido qualquer prejuízo ao mercado. Ao fim, solicita o cancelamento da multa.
3. Como se sabe, o envio da DEC é obrigação imposta pelo artigo 1º, II, da Instrução CVM nº 510/11, a todos os participantes previstos no Anexo I daquela norma, estejam ou não atuando no mercado de valores mobiliários, e cujo prazo expirou em 31/5/2014.
4. Assim, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 452/07, de fato foi expedida em 6/6/2014 notificação específica ao endereço eletrônico giovanna@patacaodtvm.com.br (fl. 4), constante à época nos cadastros do participante (fl. 5), e, este sim, indicado nos cadastros como o adequado para comunicações da espécie, com o objetivo de lembrá-lo do dever de envio do documento, e alertá-lo quanto ao descumprimento do prazo e a incidência, a partir de então, da multa cominatória diária.
5. Assim, entende a SMI que o recurso não deve ser acatado, pois o alerta prévio foi sim enviado ao endereço eletrônico cadastrado pelo recorrente para o recebimento desse tipo de comunicação, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM nº 452/07; não há nenhuma informação cadastral do participante que conste como atualizada, seja no período de envio da DEC, seja em 22/7/2014, como alegado. Na verdade, tampouco o recorrente faz prova de que tenha realizado qualquer dessas atualizações.
6. Dessa forma, considerando ser responsabilidade do próprio participante manter atualizado seu cadastro na CVM, conforme artigo 1º, I, da Instrução CVM nº 510/11, é inconteste o cumprimento do disposto no art. 11, I, da Instrução CVM nº 452.

7. Por conclusão, em que pese os nossos esforços e apesar das notificações expedidas, o fato é que, como se comprova através da Posição de Entregas de Documentos (fl. 6), o envio do informe previsto no caput do artigo 1º, II, da Instrução CVM nº 510/11 não chegou a ser realizado em nenhum momento de 2014.

8. Em razão do exposto, defendemos que seja mantida a decisão recorrida, razão pela qual submetemos o presente recurso à apreciação do Colegiado, com proposta de que a relatoria do processo seja conduzida por esta SMI/GME.

Atenciosamente,

Daniel Walter Maeda Bernardo

Gerente de Estrutura de Mercado e Sistemas Eletrônicos - GME

De acordo. Ao SGE, com proposta de relatoria por esta GME/SMI.

Waldir de Jesus Nobre

Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Walter Maeda Bernardo, Gerente**, em 09/12/2015, às 19:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Waldir de Jesus Nobre, Superintendente**, em 11/12/2015, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade, informando o código verificador **0060982** e o código CRC **6C2F0227**.
This document's authenticity can be verified by accessing https://sei.cvm.gov.br/conferir_autenticidade, and typing the "Código Verificador" 0060982 and the "Código CRC" 6C2F0227.